



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DO  
HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUIZ S.A.

Pelo presente instrumento particular,

**HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUIZ S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Marengo, 1.312, CEP 03.313-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp") sob NIRE 35.300.318.099, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 06.047.087/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Emissora"; e

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente Escritura Particular, doravante designada simplesmente "Escritura", da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Emissora, doravante designada simplesmente "Emissão", nos termos e condições a seguir:

**I. AUTORIZAÇÃO**

1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da Emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 06 de outubro de 2011, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



## II. REQUISITOS

2.1 Arquivamento da Ata de AGE. A ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 06 de outubro de 2011 será arquivada na Jucesp e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, de acordo com o disposto no artigo 62, I da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Registro da Escritura. A presente Escritura e eventuais aditamentos serão registrados na Jucesp, de acordo com o disposto no artigo 62, II da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na CVM. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09").

2.4 Dispensa de Registro na ANBIMA. Conforme o disposto no artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

## 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

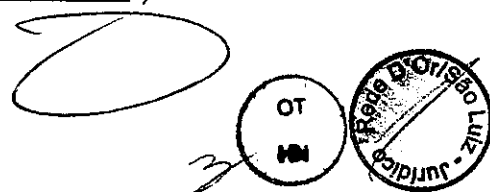
3.1 Número da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2 Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

3.3 Montante da Emissão. O montante total da Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

3.4 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 100 (cem) debêntures ("Debêntures").

3.5 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de outubro de 2011 ("Data de Emissão").



3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária. O banco mandatário e a instituição depositária serão Itaú Unibanco S.A. ("Banco Mandatário") e Itaú Corretora de Valores S.A. ("Instituição Depositária"), respectivamente.

3.7 Destinação de Recursos. Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados ao financiamento do capital de giro da Emissora.

3.8 Registro na CETIP. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9 Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme de colocação e intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" ou "Coordenador"), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Segunda Emissão da Emissora celebrado entre a Emissora e o HSBC ("Contrato de Distribuição").

3.9.1 Com o objetivo de colocar as Debêntures, o Coordenador poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (como adiante definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.2 A Emissão não poderá ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

3.10 Subscrição, Integralização e Negociação. As Debêntures serão subscritas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Distribuição.

3.10.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição (a data em que ocorrer a subscrição é aqui designada como a "Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, estando



os subscritores obrigados a fornecer declaração escrita conforme constará do boletim de subscrição das Debêntures, atestando a sua qualidade de Investidores Qualificados (como adiante definidos), bem como que estão cientes de que (i) a Emissão não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476/09.

3.10.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados (como adiante definidos) e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por referidos investidores, conforme o artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da citada Instrução.

3.10.3 Considerar-se-ão, para os fins desta Escritura, como "Investidores Qualificados" aqueles assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM nº 409/04"), observado que, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo aqueles que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Instrução CVM nº 476/09; e (iii) as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 109, IV da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública de Debêntures, valores mobiliários cujo montante equivalha, no mínimo, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.10.4 A oferta das Debêntures será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados e/ou pelo Coordenador, na hipótese de exercício da garantia firme de subscrição das Debêntures.

3.10.5 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta das Debêntures deverá ser informado pelo Coordenador (ou pela Emissora, em nome do Coordenador) à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do encerramento.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário de cada Debênture na Data de Emissão será de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").



- 4.2 Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 62 (sessenta e dois) meses e 18 (dezoito) dias da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1 abaixo. Por ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração (como adiante definida), calculados conforme o disposto nesta Escritura.
- 4.2.1 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou outro dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto nos casos em que o pagamento deva ser realizado por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil").
- 4.3 Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão simples, da forma nominativa e escritural. A Emissora não emitirá certificados ou cautelas das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitida pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos debenturistas emitido pela CETIP.
- 4.4 Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 4.5 Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária.
- 4.6 Direito de Preferência. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.
- 4.7 Remuneração. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no

informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.7.1 A Remuneração será paga mensalmente, no dia 15, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2012 e o último, na Data de Vencimento, na data da liquidação antecipada resultante de eventual hipótese de vencimento antecipado das Debêntures prevista no item 6.1 abaixo ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.7.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

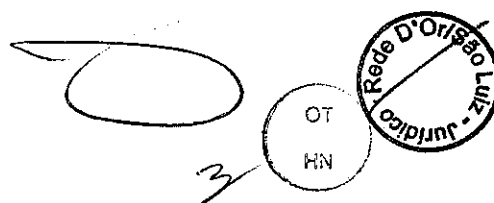
VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI Produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

- k      número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;
- n      número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI<sub>k</sub>   Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

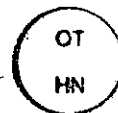
- DI<sub>k</sub>      Taxa DI-Over de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- spread   2,0000 (dois inteiros por cento) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
- DP      É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data Atual, sendo "DP" um número inteiro;



O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

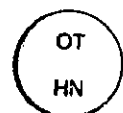
Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item 4.7.3 e seguintes quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.7.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, por período superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, será utilizado, em sua substituição, o mais recente valor da Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis* por dias corridos. Nesta hipótese, não caberão, quando da divulgação do índice que seria utilizado no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora como por parte dos debenturistas.

4.7.4 Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização da Taxa DI ou não divulgação por período superior ao previsto no item 4.7.3 acima, será adotada automaticamente a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). No caso de impossibilidade do uso da Taxa Selic, a Emissora, ou, caso esta deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos da



3





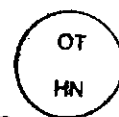
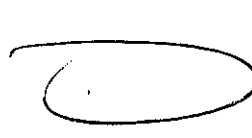
data em que o índice se tornar indisponível, o Agente Fiduciário, deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD") (conforme procedimentos da Cláusula 9 abaixo) para deliberação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de comum acordo com a Emissora, sobre o índice. Caso não haja acordo na AGD sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação (como adiante definidas) deverão ser resgatadas na sua totalidade, sendo canceladas, em até 10 (dez) dias corridos após a data de realização da referida AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida, calculados *pro rata temporis* até o dia do efetivo resgate das Debêntures. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula do item 4.7.2, sendo que a Taxa DI, a ser utilizada para a apuração de TDI, no cálculo da Remuneração, será a última taxa DI disponível.

4.7.4.1 Considerar-se-ão "Debêntures em Circulação", para os efeitos do item 4.7.4 e dos demais itens desta Escritura, as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

4.7.4.2 Caso a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.7.4 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a última taxa divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

4.7.5 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na data do vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8 Juros e Multa Moratória. Sem prejuízo da Remuneração,



ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial e de outras incorridas para a referida cobrança.

4.9 Local de Pagamento. Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou, (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pela Instituição Depositária.

4.10 Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou de outra forma comunicadas pela Emissora, não lhe dará o direito a receber qualquer acréscimo no período relativo ao atraso, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.12 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.12 Publicidade. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 à publicidade de ofertas públicas com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora, em qualquer caso, comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Tais publicações devem ser



divulgadas também na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.rededor.com.br](http://www.rededor.com.br)).

## 5. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA, AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E REPACTUAÇÃO

5.1 Amortização Programada. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2012, cada uma representando 0,4831% (quatro mil oitocentos e trinta e um décimos de milésimos por cento) da Emissão e o saldo na Data de Vencimento, observado que, caso qualquer data prevista para pagamento não seja Dia Útil, a parcela em questão será devida no primeiro Dia Útil subsequente ("Amortização Programada").

5.2 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações contábeis, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos debenturistas. Referidas Debêntures poderão então (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda forem Debêntures em Circulação.

5.3 Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

5.4 Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

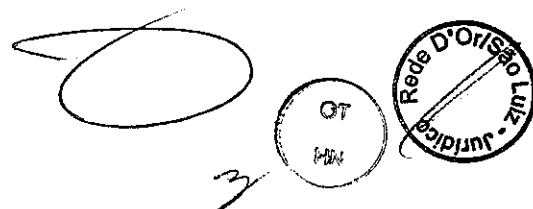




## 6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado. Observado o disposto no item 6.1.2 abaixo, na hipótese de ocorrerem quaisquer dos eventos indicados a seguir, poderão tornar-se antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigível da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos moratórios até a data do efetivo pagamento:

- i) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura;
- ii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da Data de Vencimento ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas;
- iii) caso a Emissora peticione pedido de recuperação judicial ou promova a recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou requeira autofalência ou a tenha requerida por terceiros, sendo que neste último caso o pedido de falência não tenha sido elidido dentro dos prazos legais, ou, ainda, tenha-se iniciado qualquer outro procedimento criado pela lei, similar àqueles aqui descritos e não elidido dentro dos prazos legais;
- iv) se houver a extinção, dissolução, liquidação, incorporação, fusão, cisão, total ou parcial, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora, conforme o caso, exceto se previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia geral;
- v) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para fins outros que não aqueles expressamente mencionados no item 3.7 acima;
- vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, ou qualquer outro ato cujo término, por qualquer motivo, impeça a Emissora e/ou suas Afiliadas de executar suas atividades conforme elas se desenvolvam na Data de Emissão;



- vii) transferência do controle societário, direto e/ou indireto, da Emissora, exceto se previamente aprovado pelos debenturistas reunidos em assembleia geral;
- viii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora (a) nesta Escritura; ou (b) no Contrato de Distribuição (em conjunto, os "Documentos da Emissão") são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- ix) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), não sanado no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida no respectivo instrumento;
- x) a Emissora deixar a qualquer tempo de observar e manter os seguintes índices financeiros *pro forma* ("Índices Financeiros"), a partir da Data de Emissão, a serem verificados semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, quando divulgado balanço consolidado e auditado da Emissora, observado (A) que os Índices Financeiros devem ser calculados com base em referidos balanços consolidados e auditados da Emissora, acrescidos do balanço dos últimos 12 (doze) meses de qualquer empresa em que a Emissora tenha adquirido participação no período de referência do balanço da Emissora, sendo que tal acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se a participação for superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e (B) que os cálculos dos Índices Financeiros deverão ser auditados, assinados e divulgados por auditoria externa, por meio de um certificado de compliance, semestralmente, por ocasião da verificação em junho e dezembro:
- a) razão entre Dívida Líquida da Emissora e seu EBITDA menor ou igual aos parâmetros indicados a seguir para os respectivos exercícios sociais, excluídas as debêntures conversíveis em ações emitidas em favor do Banco BTG Pactual S/A em 28 de novembro de 2010, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Debêntures BTG Pactual"): (1) no ano de 2011, igual ou inferior a 3,8 (três vírgula oito); (2) no ano de 2012, igual ou inferior a 3,5 (três vírgula cinco); (3) no ano de 2013, igual ou



inferior a 3 (três); e (4) de 2014 em diante, igual ou inferior a 2,5 (dois vírgula cinco);

b) razão entre o EBITDA da Emissora, deduzidas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social efetivamente pagas no período, e o RECELP efetivamente pago no período, acrescido da Despesa Financeira Líquida, excluídas as Debêntures BTG Pactual, igual ou superior a 1,2 (um vírgula dois);

c) considerar-se-ão, para os fins deste subitem, as seguintes definições:

1) "Dívida Líquida da Emissora" corresponde ao somatório dos mútuos passivos e das dívidas onerosas da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e dos mútuos ativos da Emissora (excluídos parcelamentos de impostos e Debêntures BTG Pactual);

2) "Despesa Financeira Líquida" corresponde ao saldo da diferença entre a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta da Emissora, incluindo mútuos passivos e excluindo juros sobre capital próprio e parcelamentos de impostos, conforme constantes das demonstrações de resultado da Emissora (excluídas Debêntures BTG Pactual); no caso de aquisição de participação societária, a Despesa Financeira Líquida será ajustada adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário dessa empresa;

3) "EBITDA" significa o somatório (A) do lucro operacional anual, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições, participações e Despesa Financeira Líquida; (B) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; e (C) das



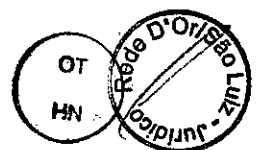
outras receitas (ou despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período. No caso de aquisição de participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e

4) "RECELP" significa parcela de curto prazo da dívida de longo prazo já existente, acrescida da parcela de curto prazo de novas captações de longo prazo no ano atual;

- xi) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atividades principais;
- xii) ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, não sanadas no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida, conforme estabelecido na presente Escritura;
- xiii) descumprimento, pela Emissora, de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xiv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada; e
- xv) transformação do tipo societário da Emissora.

6.1.1 Vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente após sua ciência, enviar carta protocolada a esse respeito (i) à Emissora, com cópia para CETIP, e (ii) ao Banco Mandatário.

6.1.2 Na hipótese de ocorrer quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vii), (xi), (xii), (xiii) e (xv) do item 6.1 acima, haverá o



vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos debenturistas.

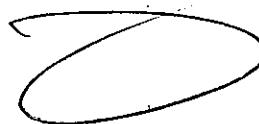
6.1.3 Exceto nos casos de observância dos prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos debenturistas, para deliberar sobre a eventual não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal. Caso os debenturistas não deliberem pela não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado mediante comunicação enviada à Emissora nos termos do item 6.1.6 abaixo.

6.1.4 Na AGD mencionada no item 6.1.3 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula 9 desta Escritura, os debenturistas poderão optar, por deliberação de debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

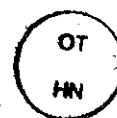
6.1.5 Independente do disposto no item 6.1.4 acima, a não instalação da referida AGD por falta de quórum, verificada após a primeira e a segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

6.1.6 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 acima.

6.1.6.1 A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.1.6 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



3

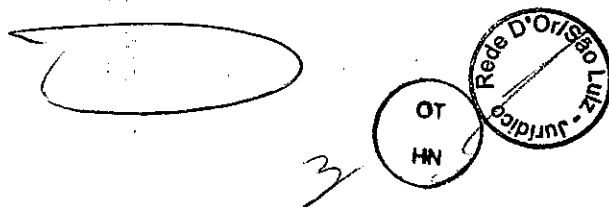




## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

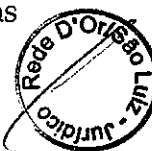
7.1 Sem prejuízo de outras obrigações assumidas em virtude de lei ou conforme esta Escritura, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, nos prazos ali previstos;
  - b) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário de forma justificada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados data da solicitação; e
  - c) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1 desta Escritura, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- ii) apresentar ao Agente Fiduciário, (a) até 30 de setembro de cada ano, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano; e (b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, fato este que deverá ser comunicado imediatamente ao Agente Fiduciário;
- iv) não reduzir seu capital social, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das



demonstrações financeiras da Emissora e futuras normas contábeis, caso em que não será necessária a aprovação prévia pelos debenturistas;

- v) não realizar operações fora de seu objeto social e não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios, enquanto ainda houver Debêntures em Circulação;
- vi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com os Documentos da Emissão;
- vii) convocar AGD para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- ix) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- x) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- xi) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos no Brasil;
- xii) publicar imediatamente quaisquer decisões tomadas pela Emissora relativas a seus resultados operacionais, atividades comerciais, negócios e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação editada pela CVM;
- xiii) publicar informações referentes à Emissão, à Emissora ou às Debêntures, conforme o caso, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM nº 476/09;
- xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as



atividades da Emissora ou para sua capacidade de honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- xv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;
- xvi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta Emissão, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, principalmente, mas sem se limitar, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, desde que com comprovante de despesa, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao debenturista nos termos desta Escritura, desde o início da vigência da Emissão até o vencimento final das Debêntures, inclusive em caso de cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- xix) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora;
- xx) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis às atividades por ela realizadas no território brasileiro; e
- xxi) sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476/09:



3



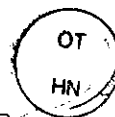
- a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer Fato Relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e
- g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

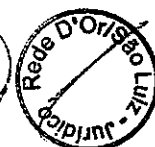
8.1 A Emissora neste ato nomeia a **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado pela presente Escritura, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28/83");
- v) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 6.1 desta Escritura;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido atendidos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- (vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) estar ciente das disposições da Circular nº 1.823 do Banco Central do Brasil, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (x) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (xi) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM nº 28/83.



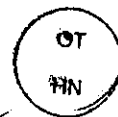
8.2.1 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Emissão.

8.3 O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.3.1 Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou os debenturistas e em assembleias gerais de debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos debenturistas. Entende-se por renegociação das condições das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) dos prazos de pagamento e (iii) das hipóteses de vencimento antecipado. Os eventos relacionados à Amortização Programada das Debêntures não são considerados renegociação das mesmas.

8.3.2 No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para a assessoria aos debenturistas no processo de aditamento à Escritura;

8.3.3 As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura, ou, na falta deste ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.



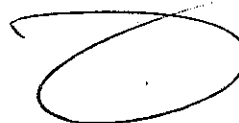
8.3.4 Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos itens 8.3, 8.3.1 e 8.3.2, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.5 As parcelas supra citadas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário.

8.3.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta-corrente por ele indicada previamente à Emissora, por escrito.

8.4 A Emissora compromete-se a efetuar, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previstos nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.



8.5 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6 A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.7 Nas hipóteses de renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência do Agente Fiduciário ou qualquer outro caso de vacância de seu cargo, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término final do prazo acima mencionado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha de novo agente fiduciário.

8.8 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.8.1 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da



OT  
HN





remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do IGP-M, apurado pela FGV.

8.8.2 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

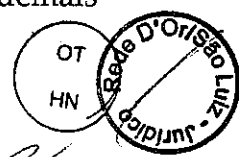
8.8.3 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada.

8.8.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado na Jucesp.

8.8.5 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas editadas pela CVM.

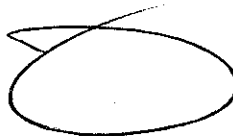
8.9 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em regulamento editado pela CVM:

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente;
- iii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais



documentos relacionados ao desempenho de suas funções;

- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base nos documentos fornecidos pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos seus respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- viii) acompanhar semestralmente, por meio da emissão de relatórios destinados aos debenturistas, o cumprimento dos índices financeiros previstos no item 6.1(x) desta Escritura, devidamente elaborados pela Emissora (para fins de verificação, o relatório deverá apresentar memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários);
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- x) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- xi) solicitar, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções, mediante apresentação de justificativa por escrito à Emissora, ou se assim solicitado por qualquer dos debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, bem como de outros órgãos e entes públicos, do local onde se situa a sede da Emissora e/ou onde desenvolve suas atividades;
- xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



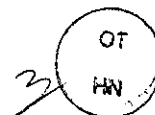
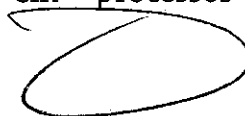
- xiii) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa por meio dos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitados os procedimentos legais de publicação e aquelas mencionados nesta Escritura;
- xiv) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xv) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo; para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o atraso ou a não divulgação de informações obrigatórias pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período e que tenham correlação direta com as Debêntures;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos diretores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora na Escritura;



- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- xvi) comunicar aos debenturistas, na forma do item 14.1, que o relatório anual a eles destinado encontra-se disponível para retirada no seu endereço indicado abaixo e no escritório principal do Agente Fiduciário;
- xvii) colocar o relatório de que trata o item (xvi) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
- b) no escritório principal do Agente Fiduciário;
- c) na CETIP, na Avenida República do Chile, 230 - 11º andar, Rio de Janeiro - RJ, ou na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 1º andar, São Paulo - SP;
- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador;
- xviii) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior;



- xix) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- xx) administrar os recursos oriundos da Emissão das Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no artigo 60, §2º da Lei das Sociedades por Ações;
- xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xxii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; essa comunicação deverá, também, ser enviada à CVM e à CETIP;
- xxiii) a notificação de que trata o item anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fac-símile (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova suficiente de que a pessoa cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;
- xxiii) disponibilizar, diariamente, o valor unitário de cada Debênture, calculado pela Emissora, aos debenturistas e aos participantes do mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário; e
- xxiv) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da Emissora, e desde que aprovado pelos debenturistas, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura:
- a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e Remuneração;
- b) representar os debenturistas em processos de falência,



recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;

- c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos;
- d) executar, independentemente de qualquer autorização específica ou de ordem de prioridade, as garantias das Debêntures, podendo utilizar-se de quaisquer medidas necessárias para resguardar os direitos dos titulares das Debêntures, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional das Debêntures, conforme dispuser cada instrumento de garantia;
- e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.10 Nos termos do artigo 68, §4º da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.


8.10.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas do subitem 8.9(xxiv) acima se, convocada AGD para esse fim, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.11 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.12 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.



3



8.13 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos debenturistas reunidos em assembleia geral.

## 9. ASSEMBLEIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.2 A AGD poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou, ainda, (iv) pela CVM.

9.3 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da AGD caberá a debenturista eleito pelos então presentes.

9.5 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture será atribuído um voto, admitida a presença de mandatários, sejam eles próprios debenturistas ou não.

9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.8 Exceto se de outra forma estabelecida nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por debenturistas que representem pelo menos a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, observado que alterações relacionadas (i) à Remuneração das Debêntures, (ii) à Data de Pagamento da Remuneração, (iii) ao prazo de vencimento das Debêntures, (iv) aos valores e



datas de amortização do principal das Debêntures, (v) às hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 6.1 acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 9; e/ou (vii) às alterações nos procedimentos aplicáveis às AGDs, estabelecidas nesta Cláusula 9, dependerão da aprovação por debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que em qualquer caso de alteração das características das Debêntures haverá a necessidade de aprovação da Emissora.

9.9 As decisões dos debenturistas tomadas em observância ao disposto no item 9.8 acima serão soberanas para todos os fins de direito, relativamente a todos os termos e condições desta Escritura. Exceto se especificamente mencionado de outra forma nesta Escritura, qualquer alteração aos termos das Debêntures deverá ser aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia, e um aditamento a esta Escritura deverá ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores. Qualquer aditamento a esta Escritura deverá ser registrado na Jucesp.

## 10. RENÚNCIA

10.1 Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora.

## 11. AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

11.1 A invalidação, ilegalidade ou anulação, no todo ou em parte, de quaisquer das disposições desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, ilegalidade ou anulabilidade de qualquer das disposições desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declara inválida, nula, ou anulável a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e as condições



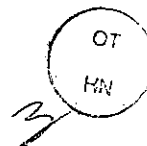


da cláusula invalidada, nula ou anulada, observados a intenção e o objetivo das partes quando primeiro negociaram a cláusula invalidada, nula ou anulada, e o contexto em que se insere.

## 12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

### 12.1 A Emissora neste ato declara que:

- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, bem como todas as aprovações, autorizações e consentimentos necessários foram obtidos e encontram-se válidos, eficazes e em pleno vigor;
- iv) esta Escritura e as disposições nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- v) os termos desta Escritura não contrariam (a) (1) o estatuto social da Emissora; (2) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte; (3) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (4) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora; e (b) não resultarão em: (1) situação de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, (2) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora exceto por aqueles já existentes, na Data de Emissão, ou aqueles cuja criação decorra da presente Emissão, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

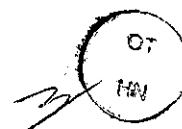


- vii) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; e
- viii) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa afetar de forma materialmente adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar, de forma materialmente relevante, desta Escritura.

12.2 A Emissora compromete-se a notificar os debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

### 13. EXECUÇÃO

13.1 Esta Escritura e cada uma das Debêntures constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão ser sempre realizadas por escrito, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes a seguir:

(i) Para a Emissora:

Sr. Carlos Vasques

Rua Voluntários da Pátria, 138, sobreloja, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ, 22270-010

E-mail: cvasques@rededor.com.br

Fax: (21) 3239-4775

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Sr. Gustavo Dezougart

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, 22640-100

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

gustavo.dezougart@oliveiratrust.com.br

Fax: (21) 3514-0099

Tel.: (21) 3514-0000

(iii) Para o Banco Mandatário:

Sr. Haudrey Miranda

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar

São Paulo, SP, 04.344-902

E-mail: haudrey.miranda@itau-unibanco.com.br

(iv) Para a Cetip:

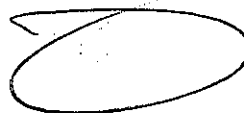
Gerência de Valores Mobiliários

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663

São Paulo, SP, 01.452-001

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Fax: (11) 3111-1564



14.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

14.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.

## 15. DIVISÃO

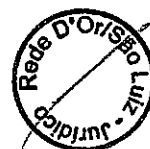
15.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 16. LEI APLICÁVEL

16.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

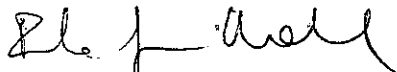
## 17. FORO

17.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.




E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas.

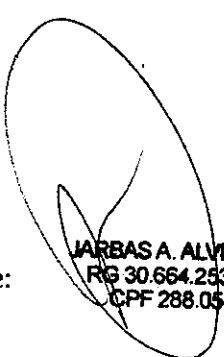
São Paulo, 10 de outubro de 2011.

  
**HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUIZ S.A.**  
por: *Paulo Junqueira Moll*  
cargo: *DIRETOR*

  
**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**  
por:  
cargo:

Testemunhas:

1.   
Nome: **AMAURY BRAGA CALIXTO**  
CPF 040.674.546-35  
CRC 1MG077956/O-3 T SP  
R.G.:

2.   
Nome: **JARBAS A. ALVES DE FARIA**  
RG 30.664.253-0 SSP/SP  
CPF 288.054.178-66  
R.G.:

